

## Cognição Judicial em Grau de Apelação, à Luz das Reformas do CPC

Ricardo de Barros LEONEL\*

• **SUMÁRIO:** 1 Cognição. 2 Efeito devolutivo da apelação. 3 Efeito devolutivo e duplo grau de jurisdição. 4 A regra do art. 515, § 3º, do CPC (Lei nº 10.352/01). 5 A regra do art. 515, § 4º, do CPC (Lei nº 11.276/06). 6 Aplicação das regras a outros recursos. 7 Possibilidade de decisão monocrática. 8 Incompatibilidade aparente entre o art. 515, § 4º, e o art. 560, parágrafo único, do CPC. 9 Aplicação à Fazenda Pública. Conclusão. Referências bibliográficas.

• **RESUMO:** O texto trata do problema dos limites da cognição em sede de apelação, em razão das recentes reformas do CPC. Sugere-se uma interpretação finalística dos §§ 3º e 4º do art. 515, introduzidos pelas Leis nºs 10.352/01 e 11.276/06, demonstrando a mitigação do princípio do duplo grau de jurisdição. Destaca-se a possibilidade, inclusive, de sustentar a realização de instrução probatória durante a tramitação da apelação, e a viabilidade da aplicação dos dispositivos mesmo em detrimento dos interesses do Poder Público em juízo.

• **PALAVRAS-CHAVE:** Cognição. Apelação. Efeito devolutivo. Duplo grau. Reformas. Ampliação. Extensão. Profundidade.

### 1 Cognição

O tema do presente e singelo estudo, como se vê, diz respeito aos limites da cognição judicial em grau de apelação, levando em consideração as reformas do Código de Processo Civil, em especial o acréscimo de dois parágrafos ao art. 515 desse Código: o § 3º, trazido pela Lei nº 10.352/01, e o § 4º, decorrente da Lei nº 11.276/06.

Para a compreensão do problema, é necessário traçar, inicialmente, de forma objetiva e prática, o conteúdo e o sentido do termo cognição.

No léxico, o termo cognição, derivada do latim *cognitione*, é indicado como a aquisição de um conhecimento, percepção, ou ainda a fase processual

de uma demanda em que o juiz “toma conhecimento do pedido, da defesa, das provas, e a decide, em contraposição à fase executória” (FERREIRA, 1986, p. 426).

Hoje já se pacificou a idéia de que o ato de conhecimento realizado pelo magistrado, com o intuito de decidir, não é privativo do processo de conhecimento, mas de todo e qualquer processo, inclusive o de execução. Também ocorre em todo e qualquer incidente processual.

Ainda que no processo de execução a cognição seja realizada em menor escala, pois menos frequentes são as hipóteses de decisão, ela existe. Há aí, também, situações que exigem decisão. A referência é feita, frise-se, aos casos em que subsiste o processo autônomo de execução, por não terem sido englobados no sistema de cumprimento da sentença como fase do processo de conhecimento, nos termos da Lei nº 11.232/05.

Basta pensar na execução contra a Fazenda Pública, na execução de títulos executivos extrajudiciais, naquela realizada pelo rito especial de cobrança dos alimentos, na de sentença penal condenatória, na de sentença arbitral, na de sentença estrangeira homologada, ou ainda na de acordo extrajudicial homologado judicialmente. Nesses casos, exceções de pré-executividade são decididas, incidentes de redução ou reforço de penhora são analisados e julgados etc. Portanto, para a prolação de tais decisões, há cognição e instrução.

O juiz também decide nos casos de cumprimento de sentença nos próprios autos do processo de conhecimento, mesmo já tendo proferido sentença. Trata-se do denominado processo “sincrético”, que tem a execução como fase do processo de conhecimento, ainda que posterior à sentença. Já

\* Promotor de Justiça/SP. Mestre e doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.



ocorria com relação às hipóteses de tutela específica da obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa (art. 461 e 461-a do CPC), e ficou fortalecido com a instituição do sistema de “cumprimento da sentença” condenatória em pecúnia, de conformidade com a Lei nº 11.232/05.

O juiz e o Tribunal também conhecem e, portanto, decidem, após a interposição do recurso cabível em cada caso: por exemplo, conhecem e decidem quando realizam o juízo de admissibilidade dos recursos, e conhecem e decidem quando examinam o próprio mérito do recurso.

Daí ser correto afirmar que a cognição não deve ser vista isoladamente, tendo um sentido mais abrangente: o ato de conhecer está relacionado ao de instruir, no que concerne a preparar o processo para julgamento. O juiz instrui (prepara), conhece (examina), e só então decide.<sup>1</sup>

Didaticamente, a doutrina afirma que a cognição pode ser delimitada em dois planos: no *horizontal*, ou seja, na sua *extensão*; e no *vertical*, ou seja, em sua *profundidade*.<sup>2</sup>

No *plano horizontal* (extensão), teremos: a *cognição parcial* ou *limitada* e a *cognição plena*. Em alguns casos, apenas determinadas matérias podem ser objeto de alegação, apreciação e decisão. Isso ocorre em função, geralmente, da especialidade do rito. No mandado de segurança, o impetrante só pode alegar aquilo que pode provar por documentos (o denominado “direito líquido e certo”); nas ações possessórias, não se admite o juízo petitório, que fica reservado para ações de domínio (art. 923 do CPC); a matéria alegável em sede de embargos à execução de título judicial contra a Fazenda Pública é restrita, em função da existência de anterior pro-

cesso de conhecimento (art. 741 do CPC, red. Lei nº 11.232/05); as matérias alegáveis como defesa pelo embargado, contra os embargos de terceiro propostos pelo devedor com garantia real, são limitadas (art. 1.054 do CPC); há restrições quanto às matérias alegáveis como defesa na ação de consignação em pagamento (art. 896 do CPC); na ação de desapropriação por utilidade pública, a contestação só pode versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço, devendo qualquer outra questão ser decidida em ação própria (art. 20 do Decreto-lei nº 3.365/41).

Estes são exemplos de restrição à cognição no plano horizontal (extensão), na medida em que apenas algumas matérias podem ser alegadas pelas partes e, conseqüentemente, ser objeto de instrução (preparação e prova), para, finalmente, ser alvo de decisão.

Em contrapartida, ainda no *plano horizontal* (extensão), tem-se a cognição plena quando toda e qualquer matéria pode ser alegada pelas partes, objeto de instrução (preparação e prova) e, conseqüentemente, alvo de cognição judicial (conhecimento) e decisão. Essa é a regra geral do processo civil, tanto no procedimento comum (ordinário ou sumário), como no procedimento especial sumaríssimo dos Juizados Especiais.

No *plano vertical* (profundidade), teremos: *cognição sumária* (*superficial*), ou *cognição exauriente*.

A cognição *exauriente* é a regra geral no processo civil, pois, quando determinada matéria é submetida ao conhecimento judicial, o magistrado pode examiná-la integralmente, ou seja, em toda sua “profundidade”.

Entretanto, há hipóteses em que o exame realizado pelo juiz não é aprofundado. Isso resulta de restrição ao ato de conhecimento do magistrado, decorrente do próprio sistema processual, associada ao escopo da decisão a ser proferida (tutelas de urgência), ou à especialidade do procedimento. Teremos então a *cognição sumária* ou *superficial*.

Há cognição superficial ou sumária no juízo de valor realizado para a concessão de tutelas de urgência (medidas cautelares e antecipação da tutela), pois o exame judicial destina-se a constatar a

existência ou não de relevante fundamentação jurídica (*fumus boni iuris*) e de perigo (*periculum in mora*). É intuitivo que o exame das alegações, e a valoração, aí, não são aprofundados. Isso decorre da provisoriedade e emergência dessas medidas. Também há cognição superficial na ação monitória, pois a única verificação realizada quando de sua propositura diz respeito à aparente idoneidade da prova escrita apresentada para demonstração da existência de obrigação, não se constituindo, porém, em título executivo (art. 1.102-a do CPC).

Estas idéias explicam claramente o significado e os tipos de limites à cognição judicial. Têm plena aplicação para compreensão e análise da atuação judicial no conhecimento e decisão dos recursos em geral e, particularmente, na apelação.

## 2 Efeito devolutivo da apelação

O efeito devolutivo da apelação tem estrita relação com o problema da *extensão* e da *profundidade* da matéria que será objeto de conhecimento do órgão competente para o julgamento do recurso, e está delimitado no art. 515 e parágrafos do CPC (limites da cognição judicial em grau de recurso).

A extensão do efeito devolutivo da apelação delimita-se pela abrangência da impugnação, valendo aqui a máxima pela qual *tantum devolutum quantum appellatum*.<sup>3</sup>

É o que disciplina o art. 515, *caput*, do CPC, ao prever que a apelação “devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada”. O dispositivo se refere, como se vê, à *extensão* (plano horizontal) da cognição do órgão judicial competente para o exame o recurso. Mais: refere-se ao âmbito ou objeto da decisão sobre a qual versa a impugnação. Traduz mérito do recurso, pouco importando se a sentença recorrida seja proferida nos termos do art. 269 (julgamento do mérito da demanda), ou tenha determinado a extinção do feito conforme o art. 267, ambos do CPC.

Vale, aqui, recordar que o CPC adota a idéia dos capítulos de sentença, ao permitir, no art. 505,

que a decisão seja impugnada, por meio de recurso, no todo ou em parte. São perfeitamente cabíveis, destarte, a apelação total (impugnação de todos os capítulos de sentença) ou a apelação parcial (recurso contra apenas um ou alguns dos capítulos).<sup>4</sup>

A idéia dos capítulos de sentença e, conseqüentemente, da possibilidade de apelação total ou parcial ajuda a compreender bem a extensão do efeito devolutivo do recurso.

Suponha-se que seja movida ação contendo três pedidos: nulidade do contrato, indenização por danos materiais e indenização por danos morais. Caso haja vitória total do demandante (procedência dos três pedidos), o demandado poderá apelar de toda a sentença. Poderá, contudo, conformar-se com parte dela, e impugnar apenas um ou dois capítulos de sentença, considerando que a decisão teve possivelmente quatro, ou seja, os três referentes aos pedidos, mais o capítulo atinente ao ônus da sucumbência.

Pois bem: no exemplo imaginado, havendo apelação em face de um ou dois capítulos (apelo parcial), somente eles serão alcançados pelo efeito devolutivo, pois a extensão da devolução está adstrita aos limites da impugnação (capítulos recorridos da sentença).

Resta verificar ainda o problema da *profundidade* (plano vertical) do efeito devolutivo da apelação. O tema é tratado nos §§ 1º e 2º do art. 515 do CPC. O primeiro, ao afirmar que serão objeto de apreciação pelo tribunal “todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro”; e o segundo, ao dizer que “quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais”.

Ora, de um lado, o § 1º do art. 515, ao referir-se a *questões*, está mencionando os pontos de fato ou de direito que se tornaram controvertidos no curso da ação. Assim, toda a matéria controvertida de fato ou de direito (questões), ainda que não tenha sido

<sup>3</sup> É a lição clássica de José Carlos Barbosa Moreira (2005, v. V, p. 431).

<sup>4</sup> Sobre o problema dos capítulos de sentença, ver Cândido Rangel Dinamarco (2004a, *passim*); e Marcelo José Magalhães Bonício (2006, *passim*).

<sup>1</sup> Cândido Rangel Dinamarco (2003, p. 120) admite expressamente a existência de cognição, instrução e decisão no processo de execução, ao afirmar que “O juiz da execução é também juiz de todos os incidentes do processo, nos quais ouve partes, examina provas e profere juízos de valor mediante decisões interlocutórias”. Kazuo Watanabe (1999, p. 47/52, também já advertiu para a “relativização da dicotomia ‘processo de conhecimento – processo de execução’”.

<sup>2</sup> Para estudo “exauriente” a respeito do tema, ver Watanabe (1999, p. 113-121).



apreciada em primeiro grau, poderá sê-lo no tribunal, por força da apelação.

De outro lado, o § 2º do art. 515, ao falar em fundamento dos pedidos ou da defesa, está se referindo aos fundamentos de fato ou de direito, da demanda ou da resistência a ela ofertada. Os fundamentos da ação podem não ter sido objeto de controvérsia, configurando-se como pontos. Se contróvertidos, estaremos novamente diante das questões.

Assim, a matéria submetida à apreciação do tribunal, por força da *profundidade do efeito devolutivo da apelação*, são os pontos, questões, fundamentos, de fato ou de direito, que foram ou não apreciados em primeiro grau, e que se encontram inseridos no contexto da causa de pedir, do pedido, ou mesmo das defesas apresentadas.

Acrescente-se, como é evidente, que as matérias de ordem pública, relativas aos pressupostos processuais e condições da ação, podem ser apreciadas de ofício, nos limites contidos nos art. 267, § 3º, e 301, § 4º, do CPC.

Alinhavando-se, desse modo, as idéias relacionadas à profundidade e extensão do efeito devolutivo da apelação, aos capítulos de sentença e à apelação total ou parcial, teremos o quadro que nos permite compreender o sistema, a sintetizar-se com a seguinte afirmação: *a devolução decorrente da apelação é completa (profundidade) nos limites (extensão) da impugnação*.

Para compreender melhor, voltemos ao exemplo anteriormente referido, em que foram cumulados na mesma ação três pedidos: se um ou dois capítulos da sentença foram impugnados (o que condenou por dano moral e o que fixou o ônus da sucumbência), os demais transitam em julgado. Conseqüentemente, são devolvidos ao conhecimento do tribunal os capítulos impugnados na apelação (extensão do efeito devolutivo); e, quanto a eles, a devolução é ampla (profundidade), abrangendo todas as questões de ordem pública (pressupostos processuais e condição da ação), as questões de fato e de direito (ainda que não tenham sido examinadas por inteiro na sentença), e, finalmente, os fundamentos do pedido ou da defesa. Tudo, sempre, limitadamente aos capítulos de sentença impugnados.

Cabe aqui, ainda, uma última observação.

O mérito da ação nem sempre coincide com o mérito do recurso. Lembrando que vícios de juízo (*errores in iudicando*) devem, caso acolhidos em eventual apelo, provocar a *reforma* da decisão, os vícios de atividade (*errores in procedendo*) provocarão, em princípio, sua anulação.<sup>5</sup> Entretanto, como adiante melhor se verá, as modificações na sistemática da apelação (os §§ 3º e 4º do art. 515, introduzidos pela Lei nº 10.352/01 e pela Lei nº 11.276/06) levarão, em dadas hipóteses, a soluções distintas.

Note-se, entretanto, que o mérito do recurso será coincidente com os limites (*extensão*) da impugnação. E, aí, poderemos ter tanto questões processuais, conduzindo *a priori*, em caso de acolhimento do recurso, à anulação do julgado de primeira instância, como ainda questões ligadas ao mérito da demanda (capítulos de sentença impugnados).

Assim esclarecidos os limites do efeito devolutivo da apelação, tanto na sua *extensão* quanto em sua *profundidade*, ficam assentadas as premissas para a compreensão das modificações contidas nos §§ 3º e 4º do art. 515 do CPC.

### 3 Efeito devolutivo e duplo grau de jurisdição

É viável identificar correlação entre o problema do efeito devolutivo dos recursos, em especial da apelação, e o denominado duplo grau de jurisdição.

Note-se que a devolução de determinada matéria ao conhecimento do tribunal, por força do apelo, acaba por concretizar, na prática, a efetiva observância do duplo grau.

Em contrapartida, pode gerar algum questionamento à supressão de um grau de jurisdição, em decorrência de dispositivos que possibilitam o equacionamento de casos concretos sem a observância de dois julgamentos de mérito.

Todavia, a tendência da doutrina processual é ver no duplo grau um princípio, não uma garantia constitucional.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> A distinção lapidar é feita por José Carlos Barbosa Moreira (ibidem, p. 419/420).

<sup>6</sup> Ver, por todos, Oreste Nestor de Souza Laspro (1995, *passim*).

As regras trazidas pelos §§ 3º e 4º do art. 515 do CPC, por força das Leis nºs 10.352/01 e 11.276/06, provocam discussões dessa natureza.<sup>7</sup>

Entretanto, é consistente o argumento de que na nossa ordem constitucional não há uma garantia do duplo grau, mas apenas um princípio, que pode ser, em certa medida, mitigado (cf. DINAMARCO, 2002a, p. 150/152). Trata-se de opção de política legislativa dotada de razoabilidade, em benefício de valores constitucionalmente garantidos, como a efetividade e a tempestividade da tutela jurisdicional, decorrentes do art. 5º, incisos XXXV e LXXVIII, da CF (este último, em decorrência do acréscimo promovido pela EC 45/04).

Admitindo, assim, que o duplo grau é um princípio a ser potencialmente atendido, mas não uma garantia, compreende-se facilmente a inexistência do reexame necessário como regra geral, bem como que o próprio legislador pode suprimi-lo em certas situações.

Nos casos de sentença terminativa ou de nulidades processuais, anteriormente, o tribunal, acolhendo o apelo, estava autorizado a proferir apenas o juízo *rescisório* (*anulação* da decisão e remessa dos autos à primeira instância para novo julgamento). Em razão das alterações realizadas pelas Leis nºs 10.352/01 e 11.276/06, com o acréscimo dos §§ 3º e 4º ao art. 515 do CPC, passará, doravante, a ter a competência para ir além, realizando também o juízo *rescindente* (reforma da decisão). Ampliou-se assim a competência do tribunal no que toca ao julgamento da apelação.

### 4 A regra do art. 515, § 3º, do CPC (Lei nº 10.352/01)

A regra contida no § 3º do art. 515 do CPC, por força da Lei nº 10.352/01, prevê que “nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento”.

<sup>7</sup> Importantes críticas a respeito foram feitas por José Rogério Cruz e Tucci (2002, p. 100/102).

A hipótese contida no dispositivo é clara: é possível a supressão de um grau de jurisdição, com o julgamento do mérito diretamente em segunda instância, se a sentença apelada for extintiva, nos termos do art. 267 do CPC, e a *questão for exclusivamente de direito*.

Na técnica original do Código, antes da modificação em exame, a solução era outra. O apelo dirigido contra a sentença que extinguiu o feito sem exame do mérito trazia ao exame do tribunal um vício de atividade (*error in procedendo*). Conseqüentemente, o acórdão, ao acolher o recurso, teria obrigatoriamente que anular a decisão, e remeter os autos ao juízo *a quo*, para que fosse sanado o vício, e proferida nova sentença, agora de mérito.

A solução inovou, mitigando o princípio do duplo grau, como visto, em prol de outros valores que ostentam previsão constitucional, ou seja, a efetividade e a tempestividade da tutela jurisdicional, decorrentes do art. 5º, incisos XXXV e LXXVIII, da CF (este último, por força da EC 45/04).

Aliás, a mitigação de princípios do direito processual em prol da efetividade do processo é, sem dúvida, uma válida opção de política legislativa, que vem sendo adotada em situações específicas. Há hipóteses em que o legislador optou pela quebra dos princípios da demanda, da inércia jurisdicional, da congruência, e até mesmo da disposição de que o juiz não poderia inovar após a prolação da sentença.

Podemos exemplificar: a) a possibilidade de instauração do inventário de ofício, por determinação do juiz (art. 989 do CPC); b) a execução, por iniciativa judicial, da sentença trabalhista que contenha condenação ao pagamento de contribuição prevista no art. 195 da CF (art. 114, inciso VIII, da CF, red. EC 45/04); c) a possibilidade de condenação, de ofício, ao pagamento de alimentos, no caso de procedência da ação de investigação de paternidade (art. 7º da Lei nº 8.560/92); d) a fixação, majoração ou redução da multa, de ofício, na tutela específica das obrigações de fazer, não fazer, e entregar coisa; bem como a imposição, de ofício, de medidas que assegurem o resultado



prático equivalente ao pretendido pelo autor (art. 461 e parágrafos e 461-a e parágrafos do CPC).<sup>8</sup>

Qual é o alcance prático da regra? Dois aspectos surgem da leitura do dispositivo, como pressupostos para sua incidência: primeiro que a sentença seja terminativa (art. 267 do CPC), e, segundo, que a matéria envolva questão exclusivamente de direito.

Para a compreensão do dispositivo, é oportuno traçar um paralelo com o disposto no art. 330 do CPC, que prevê, em seus dois incisos, as hipóteses de julgamento antecipado do mérito: quando a questão de mérito for exclusivamente de direito; quando a questão de mérito for de direito e de fato e não houver necessidade de produção de prova em audiência; e quando ocorrer a revelia.

Sabemos que “questões”, em direito processual, devem ser entendidas como pontos controversos. Pontos, de fato ou de direito, são afirmações feitas pelo autor ou pelo réu. Assim, quando há alguma afirmação, e a ela se oferece resistência, surge a questão.<sup>9</sup>

Portanto, uma interpretação literal do dispositivo nos levaria à conclusão de que só seria possível sua aplicação pelo tribunal quando a controversia fosse exclusivamente de direito, e não de fato.

Entretanto, devemos extrair das regras, em direito processual, sua máxima efetividade, e isso, no caso em exame, é viável, mediante interpretação sistemática: traçando-se o paralelo entre o § 3º do art. 515 e o art. 330, ambos do CPC, no qual, tudo indica, o legislador buscou inspiração, chega-se à exegese mais apropriada. É cabível o julgamento do mérito, na apelação contra a sentença terminativa, sempre que o processo estiver “em condição de imediato julgamento”.<sup>10</sup>

A abrangência das situações que cabem na aplicação da regra examinada é exatamente idêntica às hipóteses de julgamento antecipado do mérito, ou seja, todos os casos em que for desnecessária a realização de provas sobre questões de fato.<sup>11</sup>

Em outras palavras, o órgão competente para a apreciação do apelo deverá julgar o mérito da demanda, quando nada mais restaria a fazer, e, devolvendo-se os autos à primeira instância, a única providência que restaria seria mesmo a prolação da sentença de mérito. Desloca-se a competência para tal julgamento, por força do § 3º do art. 515, com a supressão de um grau de jurisdição, para o órgão *ad quem*.

Deve-se salientar, também, que não há violação ao devido processo legal, contraditório, ou direito à prova, pois: a) a regra está positivada no Código de Processo, inserindo-se no contexto legislativo que confere os contornos ao princípio constitucional do *due process*; b) não há qualquer surpresa, pois, cientes da possibilidade (a regra está na lei), as partes podem argumentar a respeito da solução do mérito da demandas, nas razões ou contra-razões do recurso; c) não há prova alguma a ser produzida, julgando o tribunal do mesmo modo como julgaria o magistrado em inferior instância, caso os autos lhe fossem devolvidos por força da anulação da sentença terminativa.

Aliás, os argumentos ora mencionados justificam a afirmação, inclusive, no sentido da possibilidade de que o tribunal aplique, de ofício, a regra do § 3º do art. 515, independentemente de pedido do recorrente. Ora, como não há violação de princípios como os mencionados há pouco, deslocando-se a

<sup>8</sup> Essa é a linha de argumentação, para justificar as novas tendências das reformas do direito processual brasileiro, de Cândido Rangel Dinamarco (2003, p. 11/20), em “Relendo princípios e renunciando a dogmas”. Igualmente manifestam seu apoio às novas tendências, tratando também da hipótese do art. 515, § 3º do CPC, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel Garcia Medina (2005, p. 258 e ss.).

<sup>9</sup> A propósito, ver Cândido Rangel Dinamarco (2004b, v. III, p. 36).

<sup>10</sup> Locução de Cândido Rangel Dinamarco (2003), em “O efeito devolutivo da apelação e de outros recursos”. O mesmo pensamento é externado por Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel Garcia Medina (2005, p. 269/270).

<sup>11</sup> Como anota Cândido Dinamarco (ibidem), a regra em exame deve ser lida pelo avesso, assim: se não houver questões de fato ainda dependentes de prova” (p. 166). Em outra passagem, afirma que não há prova alguma a ser produzida “a) quando nenhuma prova houver sido requerida pelas partes e não for o caso de o juiz determinar de ofício a sua realização; b) quando as provas requeridas forem inadmissíveis e assim o juiz entender, não havendo outras provas a produzir; c) quando todas as questões de fato já estiverem suficientemente esclarecidas pela prova dos autos, notadamente a documental; d) quando nenhuma questão de fato estiver em debate pelas partes, mas exclusivamente uma ou várias de direito” (p. 165).

competência para a apreciação do mérito se preenchidos requisitos contidos na lei, o órgão julgador *deve* aplicar o dispositivo sempre que não haja necessidade de produção de provas. Afinal, é assim que age o juiz ao julgar antecipadamente o mérito, se presentes os pressupostos do art. 330 do CPC, e o faz *independentemente de provocação das partes*.

#### 5 A regra do art. 515, § 4º, do CPC (Lei nº 11.276/06)

A inovação decorrente da Lei nº 11.276/06 permite, acrescentando o § 4º ao art. 515 do CPC, que, “constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação”.

A inovação sugere os seguintes pressupostos para sua aplicação: a) que haja nulidade sanável na sentença recorrida; b) realização ou renovação do ato processual; c) contraditório, com intimação das partes; d) intuitivamente, desnecessidade de remessa dos autos à inferior instância.

É pertinente a afirmação de que o dispositivo avança um pouco mais na mesma linha de soluções que vem sendo fornecida na reforma, no sentido de privilegiar o conteúdo com relação à forma. Trata-se de homenagem à instrumentalidade e efetividade do direito processual, sempre que isso seja possível e compatível com o respeito aos princípios constitucionais do processo.<sup>12</sup>

Uma leitura tímida nos levaria à conclusão de que a regra serviria apenas para positivar no ordenamento aquilo que uma tendência jurisprudencial mais moderna já admite, ou seja, o saneamento de nulidades com a conversão do feito em diligência, por determinação do relator ou do colegiado competente para o julgamento do recurso.

Serviria como recomendação aos magistrados nos tribunais para que observassem a instrumentalidade do processo e a possibilidade de saneamento de atos processuais viciados, tanto quanto devem fazê-lo os juizes em primeira instância. A regra estaria dirigida, portanto, à solução de problemas relacionados ao juízo de admissibilidade da demanda e ao juízo de admissibilidade dos recursos, que por sua própria natureza são matérias de ordem pública.<sup>13</sup>

Tal providência poderia ser determinada (e assim vem ocorrendo) para resolver problemas, por exemplo, relacionados à falta de intimação da parte para ciência quanto à juntada de algum documento, ou mesmo para a regularização de sua representação processual (imaginemos a hipótese em que só quando da remessa dos autos ao relator é que se percebe que o patrono do autor ou do réu não juntou, até então, o instrumento do mandato; sendo intimado e juntando-o, conforme art. 37 e parágrafo único do CPC, a situação estará regularizada).<sup>14</sup>

Arriscamo-nos a afirmar que sendo apenas esta a finalidade da modificação legal (positivar o pensamento predominante em precedentes judiciais), teria sido tímida a iniciativa do legislador. É possível formular uma leitura mais ousada, partindo da interpretação sistemática e finalística da regra examinada, e das próprias reformas do CPC.

Como mencionado anteriormente no texto, o objetivo das modificações do nosso sistema processual está voltado à implementação de dois princí-

<sup>13</sup> Este, ao que tudo indica, é o entendimento de Daniel Amorim Assumpção Neves et al. (2006, p. 349). O mesmo raciocínio é externado por Cássio Scarpinella Bueno (2006, v. 2, p. 12/17).

<sup>14</sup> É também o raciocínio desenvolvido por Humberto Theodoro Júnior (2006, p. 10), ao apontar os seguintes exemplos de nulidades sanáveis, nos termos do dispositivo examinado: “[...] havendo litisconsórcio necessário, a sentença ou o recurso foram intimados apenas a um ou alguns deles; o advogado que subscreveu o recurso não juntou o competente substabelecimento; o preparo do recurso ficou incompleto, mas o apelante não foi intimado a completá-lo; o recurso subiu sem ter dado oportunidade ao apelado para contra-razões; o apelado juntou documento novo às contra-razões sem ouvida do apelante; a apelação foi processada sem que o juiz decidisse os embargos declaratórios tempestivamente interpostos etc”.

<sup>12</sup> Para uma compreensão moderna do problema, com a abordagem da idéia da instrumentalidade das formas e da efetividade do processo da perspectiva dos respectivos princípios constitucionais, é imprescindível a atenta leitura das lições de José Roberto dos Santos Bedaque (2006, *passim*).



pios e garantias constitucionais, ou seja, a efetividade da tutela jurisdicional e o direito ao devido processo legal sem dilações indevidas (art. 5º, incisos XXXV e LXXVIII, da CF, este último com a redação da EC 45/04).

Esse anteparo constitucional justifica, inclusive, a mitigação, como opção de política legislativa, do princípio do duplo grau de jurisdição, desde que respeitado o devido processo legal e seus corolários, como o contraditório e a ampla defesa com os meios que lhe são inerentes, bem como o direito à prova.

Desse modo, o § 4º do art. 515, não há dúvida, permitirá a aplicação em sede recursal das regras referentes às nulidades processuais, contidas nos arts. 243 a 250 do CPC, fortemente inspiradas na instrumentalidade das formas e na possibilidade de saneamento e aproveitamento dos atos processuais.

Mas, além disso, é viável afirmar, *o § 4º funcionará como complementação ao § 3º do art. 515, trazendo parte da instrução, quando isso for razoável e factível no caso concreto, para o procedimento recursal. Permitirá também o julgamento do mérito em sede recursal sem a necessidade de devolução dos autos à origem, após anulação da sentença anteriormente proferida.*

Imaginemos que o magistrado tenha julgado o mérito indeferindo a produção de determinada prova. A parte sucumbente irá apelar, certamente, postulando o reconhecimento da nulidade da sentença, pela violação do direito à prova, ao contraditório, e ao devido processo legal. Sem a admissão da tese ora esposada, a solução, com o acolhimento do apelo, seria a anulação da sentença, a devolução dos autos à origem, a produção da prova, e posteriormente a prolação de nova decisão.

Admitindo-se a proposta de interpretação ora formulada, o tribunal, conhecendo da apelação e verificando que a prova deveria efetivamente ter sido produzida, poderá converter o julgamento em diligência, determinar a realização da instrução probatória faltante e, posteriormente, prosseguir no exame do mérito. Tudo, evidente, respeitando-se o princípio do contraditório, determinando-se a intimação das partes (como, aliás, prevê expressamente o § 4º do art. 515):

Isso permitiria a utilização de um caminho mais curto, para chegar, afinal, ao mesmo resultado a que se chegaria com a anulação da sentença e remessa dos autos à origem: a última palavra caberia ao próprio tribunal, cujo colegiado (câmara ou turma) já estaria inclusive prevento, em razão do julgamento da anterior apelação.<sup>15</sup>

Essa interpretação diminui (embora não impeça por completo) a possibilidade de interposição de dois recursos de apelação no mesmo processo, sucessivamente, militando em prol da efetividade, economia, e maior rapidez na definição do litígio.

Trata-se de interpretação sistemática, tendo em consideração tanto o § 3º do art. 515, como o art. 330 do CPC. No primeiro, a solução adotada pela reforma foi permitir o julgamento do mérito em superior instância, em apelação contra sentença terminativa, quando *não houver necessidade de produzir provas* (questão exclusivamente de direito, ou questão de fato e de direito que dispensa outras provas). Já no § 4º, o que se pode sustentar é que *o legislador está permitindo a produção de provas em sede recursal, sem a necessidade de anulação da sentença, quando isso for, do ponto de vista prático, viável.*

Imagine-se a produção de uma perícia de pequena complexidade, ou mesmo a oitiva de uma testemunha, indevidamente indeferidas em primeira instância. A solução tradicional é anular o feito e a sentença, e determinar a volta dos autos à origem para a instrução e nova sentença.

O que se afirma, ciente das críticas que a idéia poderá suscitar, é que, em tais casos, poderá o relator, intimadas as partes, determinar a conversão do julgamento em diligência, a produção da prova faltante (o que poderá ocorrer com a remessa dos autos ou com cópias, mediante extração de carta de ordem) e, concluída a instrução faltante, prosseguir o julgamento do apelo, sem a necessidade de anulação da sentença.

A essência da idéia já é admitida pelo sistema processual, por força do § 3º do art. 515, ou seja, a

<sup>15</sup> Este argumento, aliás, foi um dos utilizados por Cândido Rangel Dinamarco (2003, p. 17) para justificar a validade sistemática da introdução do § 3º no art. 515 do CPC, pela Lei nº 10.352/01.

supressão de um grau de jurisdição no efetivo exame do mérito, ou de todos os elementos que compõem a matéria a ser conhecida pelo julgador. É o deslocamento da competência para a apreciação do mérito originariamente (na hipótese do § 3º do art. 515) e da prova faltante (na hipótese do § 4º do art. 515) ao tribunal competente para o julgamento da apelação.

Aliás, isso já ocorre, de certa forma, também, quando o tribunal, calcado no art. 517 do CPC, aprecia originariamente questão de fato não apreciada em primeira instância, se a parte demonstra que deixou de propô-la por motivo de força maior.<sup>16</sup>

A crítica eventual de que isso representaria uma quebra da identidade física do juiz, um dos corolários da oralidade, também não seria consistente: a própria identidade física já está mitigada no CPC, nos termos em que prevista no art. 132, bem como nos processos de competência originária, em que a instrução probatória é realizada por juiz diverso do que irá julgar, ou seja, por carta de ordem.

Em síntese, entendemos que é válida a interpretação de que o dispositivo servirá para solucionar nulidades; mas acreditamos, também, que ele pode fundamentar produção de provas sem a necessidade de anulação do processo e da sentença, quando indeferidas em primeira instância, prosseguindo-se para a apreciação do mérito do recurso e da demanda.

## 6 Aplicação das regras a outros recursos

Outra indagação que pode nos ocorrer diz respeito à possibilidade de aplicação das regras dos §§ 3º e 4º do art. 515 a outros recursos, ou se elas estão limitadas à apelação.

<sup>16</sup> A idéia conta com o apoio de Ernani Fidélis dos Santos (2006, p. 154). O ilustre professor afirma que "Em princípio, se o órgão recursal decretasse a nulidade, ainda que sanável, a não produção de prova requerida por uma das partes, por exemplo, determinando que a fizesse, a sentença perdia sua validade. A prova seria produzida, mas outra sentença deveria ser dada." E, referindo-se ao novo dispositivo, afirma que "fica o tribunal autorizado a determinar, de ofício, diligências, inclusive até provas não reclamadas, quando julgar necessárias, sem decretação da invalidade da sentença, podendo também fazê-lo ao dar provimento ao agravo retido ou de instrumento".

E, a propósito, parece correta a afirmação no sentido de que pela própria natureza do recurso de apelação, suas regras podem ser tidas, também, como normas gerais do sistema recursal, podendo servir como subsídio para outros recursos.<sup>17</sup>

É possível imaginar, desse modo, a utilização dos dispositivos em exame tanto no julgamento de agravos de instrumento, como, por exemplo, de embargos de declaração, ou ainda embargos infringentes.

Seria difícil imaginar, contudo, sua aplicação em recursos especiais ou extraordinários. É que a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores exige que a matéria impugnada tenha sido pré-questionada, como pressuposto para o conhecimento do recurso, o que tem relação com a própria natureza deles, como recursos de fundamentação vinculada e de estrito direito. Nesse sentido, as súmulas do STF 356, 296 e 282, e do STJ as súmulas 320 e 98.<sup>18</sup>

A única hipótese que talvez possa admitir a aplicação da regra do § 4º do art. 515 do CPC, quanto aos recursos de sobreposição, será aquela em que houver qualquer irregularidade ou vício que impeça a admissão do recurso extraordinário ou especial. Mas, para tanto, será necessário esperar que os tribunais superiores superem a interpretação restrita que vêm tendo a respeito do tema, materializada em inúmeras súmulas que negam seguimento a tais recursos com base em vícios meramente formais.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Essa é a posição, por exemplo, de Ernane Fidélis dos Santos (op. cit., loc. cit.); Cândido Rangel Dinamarco (2003, p. 163 e ss.); Cássio Scarpinella Bueno (2006, v. 2, p. 21 e ss.); Daniel Amorim Assumpção Neves et al; 2006, p. 353).

<sup>18</sup> No STF as súmulas: 356. "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento"; 296. "São inadmissíveis embargos infringentes sobre matéria não ventilada, pela Turma, no julgamento do recurso extraordinário."; e 282. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

No STJ, as súmulas: 320. "A questão federal somente ventilada no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento."; e 98. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório".

<sup>19</sup> Esse também é o entendimento de Cássio Scarpinella Bueno (ibidem, v. 2, p. 23), citando os exemplos das súmulas do STF 288



## 7 Possibilidade de decisão monocrática

A interpretação meramente literal dos §§ 3º e 4º do art. 515 nos levaria à conclusão de que só o colegiado competente para o conhecimento e julgamento do recurso poderia adotar as soluções ali previstas. É que os dois dispositivos fazem expressa menção ao termo “tribunal”, nas respectivas redações.

Mas tal conclusão é equivocada. É imprescindível a interpretação sistemática e finalística, para a correta compreensão do problema.

Note-se que o *caput* do art. 515, bem como os §§ 1º e 2º, ao tratarem dos limites do efeito devolutivo, também se referem aos poderes do “tribunal”. Ora, todos os preceitos mencionados (artigo e parágrafos) devem ser lidos em conjunto com a sistemática recursal como um todo.

É oportuno, assim, recordar que está em pleno vigor a regra do art. 557 e parágrafos do CPC, que confere, em certas hipóteses, poderes ao relator do recurso para decidir monocraticamente. São os casos em que o relator pode *negar seguimento* a recurso manifestamente inadmissível ou prejudicado (ausência dos pressupostos recursais referentes ao cabimento e ao interesse em recorrer); são também as hipóteses em que ele pode *negar provimento* a recurso manifestamente improcedente, ou que contradiga súmula ou jurisprudência dominante do próprio tribunal, do STF ou de Tribunal Superior (mérito recursal); há finalmente a viabilidade de o relator *dar provimento ao recurso*, quando a decisão recorrida for conflitante com súmula ou jurisprudência dominante do próprio tribunal, do STF ou de Tribunal Superior (mérito recursal).

Desse modo, desde que preenchidos, cumulativamente, os pressupostos do art. 557, e os dos §§ 3º

e 4º do art. 515, será possível que, em julgamento monocrático, o relator examine o mérito da demanda em caso de apelo contra sentença terminativa; ou mesmo determine a correção de nulidades sanáveis, com posterior julgamento do mérito do recurso.<sup>20</sup>

## 8 Incompatibilidade aparente entre o art. 515, § 4º, e o art. 560, parágrafo único, do CPC

O cotejo entre o § 4º do art. 515 e o parágrafo único do art. 560 do CPC sugere a existência de aparente conflito. O primeiro preconiza o saneamento da nulidade no próprio trâmite recursal, ao passo que o segundo prevê, referindo-se ao exame de preliminares no recurso, que, versando elas “sobre nulidade supável, o tribunal, havendo necessidade, converterá o julgamento em diligência, ordenando a remessa dos autos ao juiz a fim de ser sanado o vício”.

Não é necessário chegar à conclusão de que o parágrafo único do art. 560 teria sido revogado. É possível compatibilizar a aplicação dos dois dispositivos: quando for viável, em perspectiva prática, e pensando na economia processual, a solução do problema sem a necessidade de determinar a remessa dos autos à primeira instância, isso deverá ser feito. Entretanto, se a hipótese concreta, seja por sua complexidade ou qualquer outro motivo, recomendar, pragmaticamente, que a conversão em diligência seja realizada com a remessa dos autos ao juízo *a quo*, deverá ser aplicado o parágrafo único do art. 560.

Em última análise, os dois dispositivos levam ao mesmo fim: sanar a irregularidade e permitir que o mérito do recurso (e o da demanda) seja julgado pelo tribunal. Só em último caso deverá ser determinada a anulação com remessa à instância inferior para novo julgamento. A diferença está apenas no *como*: se o saneamento da nulidade será realizado no próprio tribunal, ou em primeira instância. Daí a compatibilidade dos dispositivos.

<sup>20</sup> Esta solução também é admitida por Cássio Scarpinella Bueno (2006, v. 2, p. 26/28).

## 9 Aplicação à Fazenda Pública

Um aspecto que seguramente suscitará indagações diz respeito à possibilidade de aplicação das regras dos §§ 3º e 4º do art. 515 do CPC em detrimento da Fazenda Pública.

Podemos imaginar hipóteses em que o processo tenha sido extinto sem julgamento do mérito, e em sede de apelação contra a sentença terminativa chegue-se ao exame do mérito da demanda, com procedência ou improcedência, em prejuízo da Fazenda. Casos, assim, de aplicação da regra do § 3º do art. 515 do CPC.

Pode-se também supor situações em que haja nulidade, e no julgamento do apelo seja ela sanada por diligência determinada pelo tribunal ou relator (este, nos casos do art. 557 do CPC), intimadas as partes, prosseguindo-se para o exame do mérito, com resultado adverso ao pretendido pela Fazenda. Aplicação, portanto, do § 4º do art. 515 do CPC.

A última hipótese aventada possivelmente gere menos resistência, na medida em que certamente já terá sido examinado o mérito pelo juízo *a quo*, e a correção do vício processual não acarretará a supressão de instância. Isso, mesmo nos casos em que a correção do vício durante a tramitação do apelo dependa da conversão do julgamento em diligência para a produção de provas, intimadas as partes para ampla participação em respeito ao contraditório.

A objeção maior estará, ao que tudo indica, na aplicação do § 3º do art. 515 em prejuízo da Fazenda Pública. Mas ela é superável.

O art. 475 do CPC estabelece como condição da eficácia da sentença e da formação da coisa julgada – quanto à decisão proferida em prejuízo da Fazenda Pública, das autarquias e das fundações públicas – sua confirmação pelo tribunal. Trata-se de um controle realizado pelo tribunal sobre as decisões proferidas em primeiro grau de jurisdição. Não há reexame necessário com relação a acórdão.

Vale exemplificar, para melhor compreender. Suponhamos que em determinada demanda, a Fazenda seja vencedora em primeiro grau. A parte contrária, sucumbente, apela. Caso o tribunal reforme a sentença, o acórdão não estará sujeito a reexame necessário. Isso demonstra que o referido instituto, previsto em nosso sistema processual

como “proteção” para os interesses do Poder Público em juízo, condiciona a eficácia e a formação da coisa julgada com relação às decisões proferidas em primeira instância, não as prolatadas por tribunais.

Não é por menos que o art. 475 do CPC se refira a confirmação de “sentenças”, pelo “tribunal”.

Desse modo, e bem observado o problema, não há motivo algum para perplexidade. O acórdão que, acolhendo recurso contra sentença terminativa (proferida nos termos do art. 267 do CPC), examina o mérito da demanda e dá solução contrária aos interesses do Poder Público em juízo, não está sujeito a reexame necessário. Assim como também não está sujeito a reexame necessário o acórdão que reforma sentença de mérito, fazendo que a Fazenda se torne sucumbente em grau de recurso.<sup>21</sup>

## Conclusão

Os §§ 3º e 4º do art. 515 do CPC, recentemente introduzidos no sistema processual, têm grande potencial. Basta que sejam corretamente compreendidos, e efetivamente utilizados, nos casos concretos. Significam, na prática, uma ampliação quanto à *extensão* e *profundidade* do efeito devolutivo da apelação. Permitem que o magistrado, ao examinar recursos, vá além do que foi objeto de impugnação, não se limite a anular a sentença, corrija eventuais vícios e julgue o mérito da própria ação.

Trata-se de verdadeira opção de política legislativa, consistente em mitigar a abrangência do princípio do duplo grau de jurisdição, assegurado constitucionalmente, em prol do fortalecimento da *efetividade* e da *tempestividade* da *tutela jurisdicional*, que também contam com assento constitucional (art. 5º, incisos XXXV e LXXVIII, da CF).

A legitimidade constitucional e sistemática dos dispositivos deve ser salientada, pois seu emprego favorecerá, não há dúvida, uma resposta judicial mais rápida e, por consequência, mais eficaz, àqueles que buscam respaldo na Justiça para a solução de litígios.

(“Nega-se provimento ao agravo para subida de recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição de recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia”) e 639 (“Aplica-se a Súmula 288 quando não constarem do traslado do agravo de instrumento as cópias das peças necessárias à verificação da tempestividade do recurso extraordinário não admitido pela decisão agravada”); e 223 do STJ (“A certidão da intimação do acórdão recorrido constitui peça obrigatória do instrumento de agravo”).

<sup>21</sup> Esta também foi a solução dada ao problema por Rogério Mollica (2006, p.134/136), na excelente dissertação intitulada. O reexame necessário, a Fazenda Pública e a efetividade do processo.



LEONEL, R. de B. Appellate review in the light of the changes in the Brazilian Code of Civil Procedure. *Rev. Justitia (São Paulo)*, v. 197, p. 199-210, jul./dez. 2007.

• **ABSTRACT:** This article addresses the problem of the limits of appellate review in connection with the recent changes in the Brazilian Code of Civil Procedure. A finalistic interpretation of Article 515, Paragraphs 3 and 4 (added by Laws Nos. 10.352/01 and 11.276/06), is suggested, demonstrating the mitigation of the principle of guarantee of appeal. The possibility of introduction of new evidence during the processing of an appeal, and the feasibility of application of the provisions even against the interests of the Public Authority in court, are also highlighted.

• **KEYWORDS:** Appellate review. Appeal. Guarantee of appeal. Legislative changes. Amplification. Extent. Depth.

#### Referências bibliográficas

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Comentários ao CPC*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. V.  
BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.  
BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*. São Paulo: RCS Editora, 2006.  
BUENO, Cássio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do CPC*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2.  
CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Lineamentos da nova reforma do CPC*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A nova era do processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2003.

\_\_\_\_\_. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Execução civil*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de sentença*. São Paulo: Malheiros, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004b. v. III.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. 18ª impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. *Duplo grau de jurisdição no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

MOLICA, Rogério. *O reexame necessário, a Fazenda Pública e a efetividade do processo*. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção et al. *Reforma do CPC*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *As reformas de 2005 e 2006 do CPC*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *As novas reformas do CPC*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. *Breves comentários à nova sistemática processual civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. 2. ed. São Paulo: Central de Publicações Jurídicas e Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, 1999.